

## INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL GERAL DE IPIXUNA DO PARÁ

CNPJ nº 23.453.830/0018-18

**Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em R\$**

<b>Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 - Em (R\$)</b>			<b>Demonstração do Resultado do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em (R\$)</b>			
Ativo	Nota	2018	Período de 01/03 a 31/12/2018	Nota	2018	
<b>Circulante</b>		<b>3.967.460</b>	<b>Receitas Operacionais</b>	<b>11</b>	<b>5.100.450</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.916.611	Serviços prestados pacientes SUS		10.973.980	
Contas a receber	4	1.097.398	(-) Glosa por implantação		(5.873.530)	
Estoques		139.702	<b>Custos</b>		<b>(2.464.167)</b>	
Adiantamento a fornecedores		803.769	Pessoal e encargos		(1.008.484)	
Adiantamento a funcionário		4.301	Serviços de terceiros		(1.190.423)	
Despesas antecipadas		5.679	Materiais e medicamentos		(265.260)	
<b>Não Circulante</b>		<b>2.854.990</b>	<b>Despesas</b>		<b>(846.177)</b>	
Imobilizado líquido	5	2.854.990	Pessoal e encargos		(252.121)	
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.822.450</b>	Despesas gerais	12	(593.138)	
<b>Passivo</b>	Nota	2018	Impostos, taxas e contribuições		(918)	
<b>Circulante</b>		<b>1.647.885</b>	Depreciação/amortização		(66.386)	
Fornecedores	6	1.097.768	Outras receitas e despesas operacionais		66.386	
Obrigações trabalhistas	7	360.727	<b>Financeiras, Líquidas</b>		<b>50.845</b>	
Obrigações sociais		68.257	Receitas Financeiras		(6.052)	
Obrigações fiscais		52.730	Despesas financeiras		56.897	
Outras contas a pagar		1.528	<b>Superávit do Exercício</b>		<b>1.840.951</b>	
Partes relacionadas	8	66.875	<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em (R\$)</b>			
<b>Não Circulante</b>		<b>3.333.614</b>	<b>Descrição</b>	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Receita diferida	9	3.333.614	<b>Em 1º de março de 2018</b>	-	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	10	<b>1.840.951</b>	Superávit do período	1.840.951		1.840.951
Superávit do período		1.840.951	<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	-	1.840.951	1.840.951
<b>Total do Passivo</b>		<b>6.822.450</b>	<b>Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em (R\$)</b>			
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		<b>Período de 01/03 a 31/12/2018</b>	Aumento de obrigações tributárias		52.730	
Superávit do exercício		1.840.951	Aumento de outras obrigações		1.528	
<b>Ajustes para reconciliar o resultado</b>			Aumento do passivo não-circulante		3.333.614	
Depreciação/amortizações		66.386	<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>4.771.112</b>	
<b>Superávit ajustado</b>		<b>1.907.337</b>	<b>Atividades de investimentos</b>		<b>(2.921.376)</b>	
<b>Varições no circulante das contas de ativo e passivo</b>		<b>2.863.775</b>	Aquisição de imobilizado		(2.921.376)	
(Aumento) dos créditos – circulante		(1.905.468)	<b>Atividades de financiamentos</b>		<b>66.875</b>	
(Aumento) de estoques		(139.702)	Transações com partes relacionadas		66.875	
(Aumento) das desp. do exercício seguinte		(5.679)	<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.916.611</b>	
Aumento de fornecedores		1.097.768	<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)</b>			
Aumento de obrigações trabalhistas		360.727	Saldo existente no início do período		-	
Aumento de obrigações sociais		68.257	Saldo existente no final do período		1.916.611	
			<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.916.611</b>	
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</b>			<b>do Período de 1º de Março a Dezembro de 2018</b>			
<p><b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> O Hospital Geral de Ipixuna do Pará (HGI) faz parte da rede pública do Estado do Pará. O Hospital atende a região Metropolitana III, composta por 23 municípios da 3ª e 5ª Regional de Saúde e o município de Dom Eliseu, pertencente à 11ª Regional de Saúde. A unidade oferece assistência de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e ginecológica, clínica médica, ambulatório de especialidades, exames de raios-x, ultrassom e eletrocardiograma. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado à Estrada Vicinal José Bonifácio, 499-607, Ipixuna do Pará - PA, <b>b) Contrato de Gestão:</b> O Hospital Geral de Ipixuna do Pará (HGI) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de março de 2018, por meio de contrato de gestão nº 001/SESPA/2018, vigente até 28/02/2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:</p>						
<b>Âmbito</b>	<b>Legislação</b>	<b>Publicação</b>				
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970				
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969				
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967				
<p>A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. <b>2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. <b>2.2. Base de mensuração e apresentação:</b> As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. <b>2.3. Moeda funcional e de apresentação:</b> Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. <b>2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:</b> São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. <b>b) Estoques:</b> São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. <b>c) Ativo imobilizado:</b> Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. <b>d) Ativo intangível:</b> Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. <b>e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor</p>						
			<b>2018</b>			
			300			
			3.621			
			1.912.690			
			<b>1.916.611</b>			
<p>As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. <b>4. Contas receber:</b> O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/SESPA/2018, com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 02/03/2023.</p>						
			<b>2018</b>			
			1.097.398			
			<b>1.097.398</b>			
<b>5. Imobilizado:</b> Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:						

continua >

	Ap. Medicina e cirurg. 10%	Eqptos de informáticas 10%	Maqs e Equipamentos 10%	Mov. e Utensílios 10%	Mov. e Utensílios Hospitalares 10%	Total 10%
<b>Saldo inicial em 1º março de 2018</b>	-	-	-	-	-	-
Adições	142.700	1.549.947	961.701	134.509	132.519	2.921.376
Depreciação	(3.618)	(33.172)	(23.124)	(5.087)	(1.385)	(66.386)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>139.082</b>	<b>1.516.775</b>	<b>938.577</b>	<b>129.422</b>	<b>131.134</b>	<b>2.854.990</b>
<b>6. Fornecedores</b>		<b>2018</b>				
Materiais e medicamentos		599.609				
Serviços		246.137				
Serviços médicos		252.022				
		<b>1.097.768</b>				
<b>7. Obrigações Trabalhistas</b>		<b>2018</b>				
Obrigações trabalhistas		206.975				
Provisão férias		142.364				
Provisões FGTS s/férias		11.388				
<b>Total</b>		<b>360.727</b>				
<b>8. Partes Relacionadas:</b> O saldo a pagar, em 2018, de R\$ 66.875, refere-se contas a pagar de serviços laboratoriais para hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão. <b>9. Receitas Diferidas:</b> O Hospital recebeu, em 2018, o total de R\$ 3.400.000 a título de verba para investimento, utilizado no exercício de 2018 o montante de R\$ 2.921.376. O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2018, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:						
Imobilizado – contrato de gestão		2.921.376				
<b>Total investido em ativo</b>		<b>2.921.376</b>				
Depreciação acumulada		(66.386)				
Total imobilizado		2.854.990				
(+) Saldo para investimento		478.624				
<b>Receita diferida</b>		<b>3.333.614</b>				
<b>10. Patrimônio Líquido:</b> O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit).						
<b>11. Receitas Operacionais</b> <b>Período de 01/03/ a 31/12/2018</b>						
Receitas faturadas		5.100.450				
Expectativa contratual de receitas		5.873.530				
		10.973.980				
(-) Glosa por implantação		(5.873.530)				
		<b>5.100.450</b>				
Em 2018, a Entidade apresentou na rubrica de receitas por expectativa contratual o montante relativo aos repasses do contrato gestão esperados para o exercício, assim como a correspondente baixa no montante de R\$ 5.873.530, relativa a glosa de recebimentos por processo de implantação operacional.						
<b>12. Despesas Gerais e Administrativas</b> <b>Período de 01/03/ a 31/12/2018</b>						
Serviços de gestão		(438.140)				
Viagens e hospedagens		(82.778)				
Manutenção e conservação		(7.754)				
Outros		(64.466)				
		<b>(593.138)</b>				
<b>13. Renúncia Fiscal:</b> A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da						
<b>Júlio César de Aguiar Garcia</b> - Diretor Executivo - CPF: 098.430.598-08						

contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

#### Período de 01/03/ a 31/12/2018

Cota patronal	189.458
Terceiros	54.493
RAT/SAT	18.946
<b>Total INSS</b>	<b>262.897</b>
COFINS	263.347
<b>Total</b>	<b>526.244</b>

**14. Cobertura de Seguros:** Em 2018, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **15. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Aplicações financeiras	1.912.690
Contas a receber	1.097.398
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>3.010.088</b>
Fornecedores	1.097.768
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>1.097.768</b>

**19. Gestão de Riscos:** Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Ipixuna/PA, 19 de março de 2019.

**Viviane da Costa Conceição** - Contadora - CRC CT - PA - 014637/O-4

#### Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH - Hospital Geral de Ipixuna do Pará - Ipixuna do Pará-PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Geral de Ipixuna do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 10 meses, findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Geral de Ipixuna do Pará em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 10 meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisão ou baixa para Créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotadas pela Administração para a determinação do contas a receber realizável. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas em condições de mercado ou com outras partes. ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(C), chamamos a atenção ao fato

de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis iii) Conforme demonstrado na nota explicativa 11, a Entidade reconheceu na demonstração de resultados, em 2018, a previsão de receitas relativas a expectativa de repasses do contrato gestão. Em contrapartida, registrou a correspondente baixa no montante de R\$ 5.873.530, relativa a glosa de recebimentos, em virtude do processo de implantação operacional. Desta forma chamamos a atenção sobre efeito nulo no contas a receber e superávit do exercício. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos

continua >

▶*continuação* relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem le-

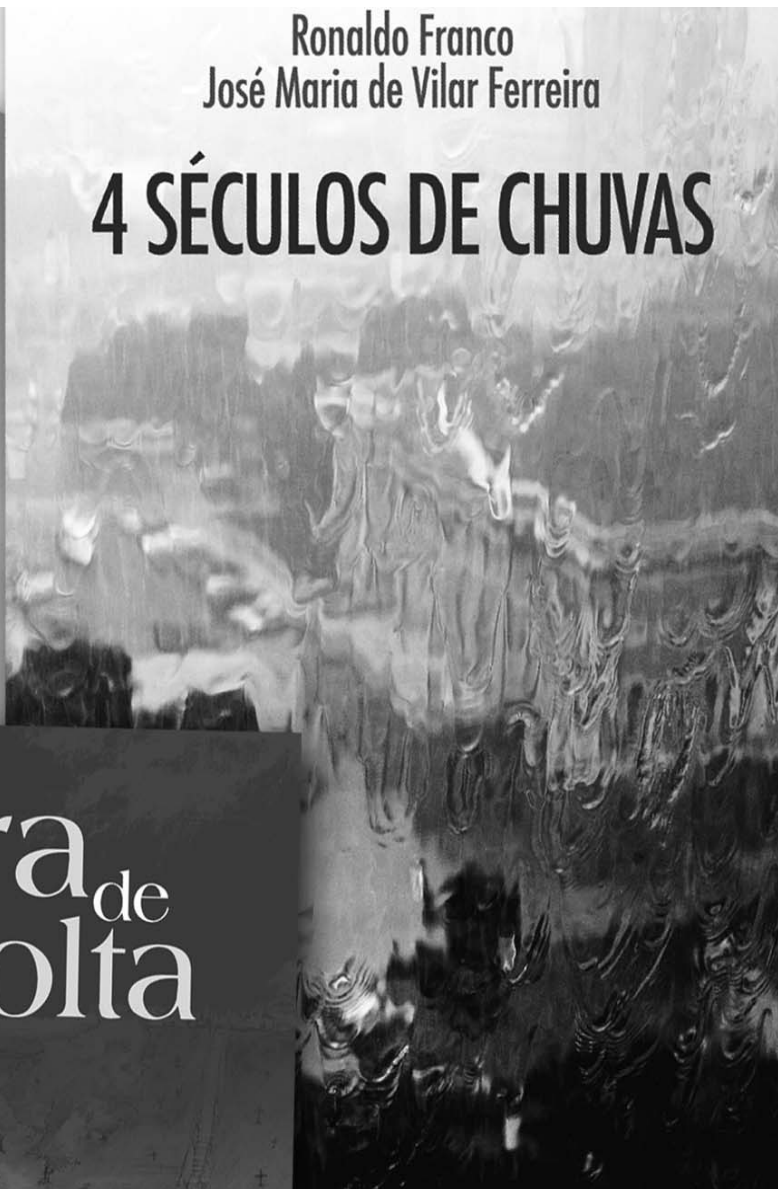
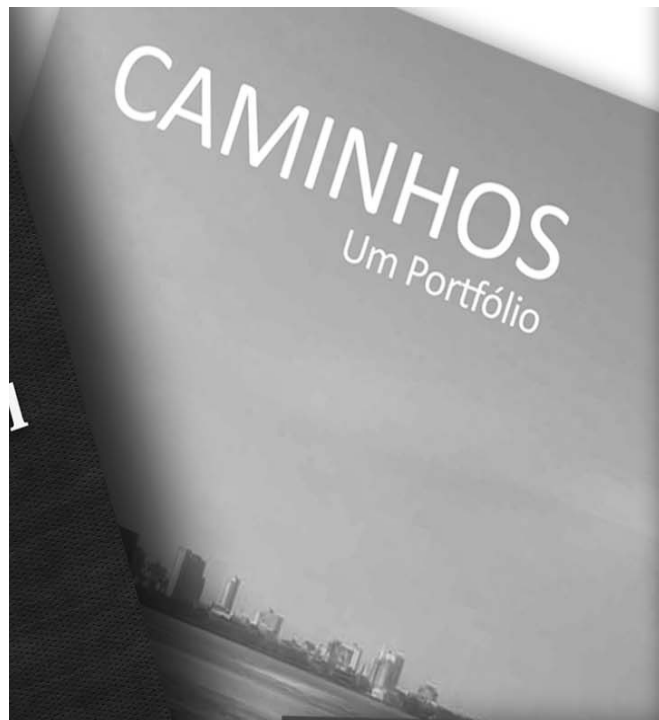
var a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2019.

**Planners Auditores Independentes**  
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398  
**Valter Piovam**

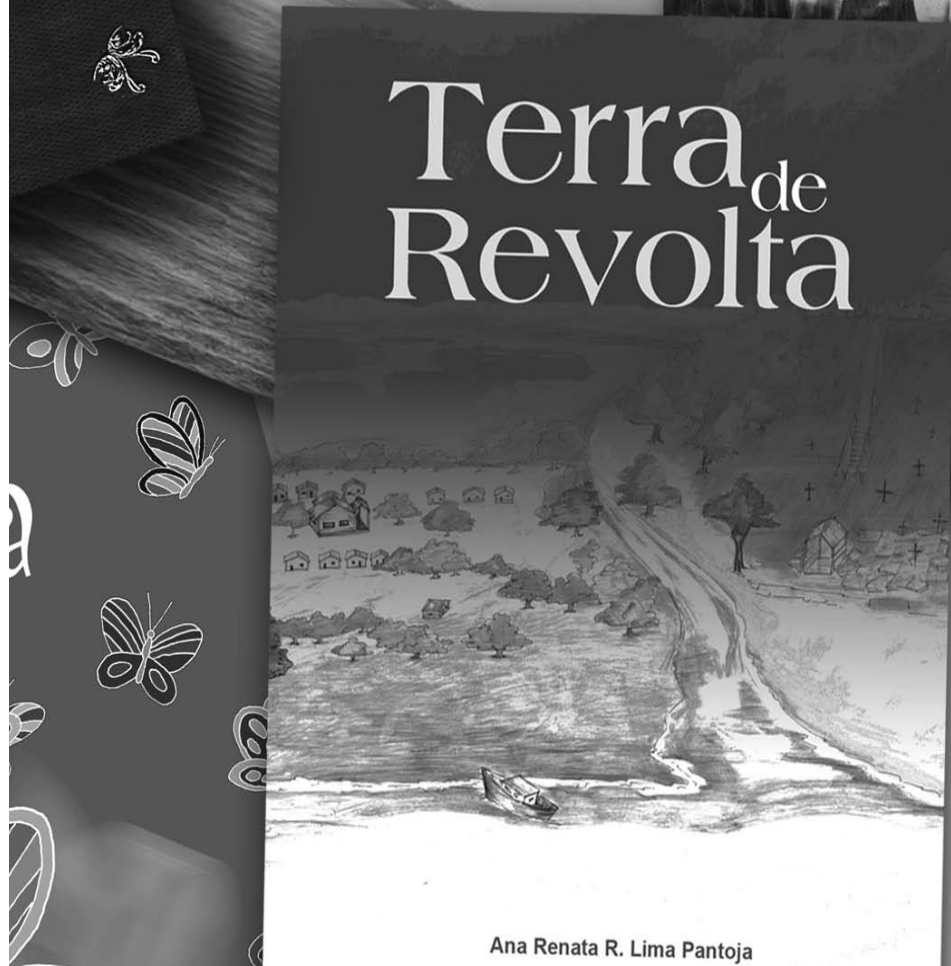
Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI n.º 1.018

Protocolo: 416960



Ronaldo Franco  
José Maria de Vilar Ferreira

# 4 SÉCULOS DE CHUVAS



# Terra de Revolta

Ana Renata R. Lima Pantoja

Edições



4009-7817

<b>TRAMONTINA NORTE S/A</b> CNPJ: 14.098.057/0001-80 NIRE 15300018382 <b>Sociedade Anônima de Capital Fechado. Relatório da Diretoria.</b>						
<b>Srs. Acionistas:</b> Cumprindo disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31/12/2018. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém(Pa), 08 de março de 2019. <b>A DIRETORIA.</b>						
<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)</b>			<b>DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO (R\$)</b>			
	<b>2018</b>	<b>2017</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>	
<b>Ativo</b>	<b>52.729.704,58</b>	<b>51.121.372,26</b>	<b>REC. BRUTA DE VENDAS E SERV.</b>	<b>114.313.404,66</b>	<b>107.811.167,59</b>	
<b>Circulante</b>	<b>44.425.267,75</b>	<b>42.032.572,75</b>	Receitas de vendas e serviços	114.313.404,66	107.811.167,59	
<b>Disponibilidades</b>	<b>3.486.395,62</b>	<b>2.596.872,36</b>	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(22.606.037,55)</b>	<b>(21.703.917,10)</b>	
Bancos disponível	1.645.739,82	633.949,41	<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>91.707.367,11</b>	<b>86.107.250,49</b>	
Bancos investimentos	1.840.655,80	1.962.922,95	Custo das mercadorias vendidas	(63.097.629,55)	(60.669.617,20)	
<b>Créditos</b>	<b>22.544.333,65</b>	<b>23.707.053,52</b>	<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>28.609.737,56</b>	<b>25.437.633,29</b>	
Clientes	21.539.738,76	22.093.502,92	<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(26.447.502,97)</b>	<b>(23.977.950,61)</b>	
Impostos a recuperar	891.984,00	1.514.294,30	Despesas com vendas	(15.162.081,50)	(14.702.400,35)	
Adiantamentos diversos	112.610,89	99.256,30	Despesas administrativas e gerais	(8.877.770,71)	(7.525.878,73)	
<b>Estoques</b>	<b>18.394.538,48</b>	<b>15.728.646,87</b>	Outras despesas	(2.496.379,22)	(2.166.995,54)	
<b>Não circulante</b>	<b>8.304.436,83</b>	<b>9.088.799,51</b>	Outras receitas	88.728,46	417.324,01	
<b>Realizável a longo prazo</b>			<b>RESULTADO ANTES DAS REC. E</b>			
<b>Imobilizado</b>	<b>8.130.800,25</b>	<b>8.937.871,38</b>	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>2.162.234,59</b>	<b>1.459.682,68</b>	
<b>Intangível</b>	<b>173.636,58</b>	<b>150.928,13</b>	Despesas financeiras	(799.270,05)	(1.087.090,78)	
			Receitas financeiras	796.801,39	648.477,12	
<b>Passivo</b>	<b>52.729.704,58</b>	<b>51.121.372,26</b>	<b>RESULTADOS ANTES DOS</b>			
<b>Circulante</b>	<b>20.616.626,40</b>	<b>19.328.158,42</b>	<b>TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>2.159.765,93</b>	<b>1.021.069,02</b>	
Fornecedores	19.126.092,39	18.274.334,13	Imposto de renda e contrib. social	(803.408,11)	(417.851,02)	
Obrigações a pagar	1.113.826,73	856.649,96	<b>RES. LÍQ. DO PERÍODO</b>	<b>1.356.357,82</b>	<b>603.218,00</b>	
Credores diversos	376.707,28	197.174,33				
<b>Não Circulante</b>	<b>6.766.272,07</b>	<b>7.802.765,55</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R\$)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	
Financiamentos e empréstimos	6.766.272,07	7.802.765,55	<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>25.346.806,11</b>	<b>23.990.448,29</b>	<b>E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>2.159.765,93</b>	<b>1.021.069,02</b>	
<b>Capital social</b>	<b>16.500.000,00</b>	<b>16.500.000,00</b>	<b>Fluxos de Caixa das Atividades</b>			
Capital integralizado	16.500.000,00	16.500.000,00	<b>Operacionais</b>			
<b>Reservas de lucros</b>	<b>8.846.806,11</b>	<b>7.490.448,29</b>	<b>Ajustes por:</b>			
Reserva legal	491.537,15	423.719,26	Depreciação do exercício	1.189.283,93	1.161.046,26	
Reservas para aumento de capital	7.066.729,03	6.493.671,93	Amortização do exercício	54.780,86	34.698,97	
Sld. a disposição da assembleia	1.288.539,93	573.057,10	Resultado na			
			alienação/baixa de ativos			
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES (R\$)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	imobilizados	-	(61.126,50)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.356.357,82</b>	<b>603.218,00</b>	<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>			
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>1.356.357,82</b>	<b>603.218,00</b>	(Aumento/Redução) em contas a receber	553.764,16	(3.115.016,06)	
			(Aumento/Redução) nos estoques	(2.665.891,61)	(1.631.542,30)	
<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis</b>			(Aumento/Redução) em outras contas a receber	608.955,71	(455.680,36)	
<b>Nota 1 - Atividades Operacionais:</b> A atividade da empresa é comércio, importação e exportação de utensílios domésticos, ferramentas, materiais elétricos, e móveis em geral e Assessoria de Marketing. <b>Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b> As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. <b>Nota 3 - Principais Práticas Contábeis: a)</b> As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2018. <b>b)</b> Estoques: no exercício social encerrado em 31/12/2018 os estoques que se constituem em mercadorias para revenda, foram avaliados pelo custo médio de aquisição, e não superam valor de mercado. <b>c) Contas do Ativo Imobilizado:</b> as depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, às taxas adequadas dos bens, respeitados os limites fiscais. <b>d) Intangível:</b> o valor registrado neste grupo refere-se a Softwares contabilizados pelo valor de aquisição. <b>e)</b> O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram apurados pelo critério de lucro real anual, com utilização durante os doze meses do exercício social do balanço de suspensão ou redução, nos moldes da Lei 9.430/96 e IN SRF 93/97. <b>Nota 4 - Capital Social:</b> O capital social está representado por 16.500.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País. <b>Belém, PA, 31/12/2018.</b>			(Aumento/Redução) em fornecedores	851.758,26	5.375.605,57	
			(Aumento/Redução) em contas a pagar	425.194,57	(116.782,65)	
			I.R. e contrib. social pagos e diferidos	(791.892,96)	(345.297,70)	
			<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.385.718,85</b>	<b>1.866.974,25</b>	
			<b>Fluxos de Cx. das Ativ. de Investimento</b>			
			Aquisição de ativo imobilizado	(382.212,80)	(345.091,96)	
			Aquisição de ativo intangível	(77.489,31)	(95.141,76)	
			<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(459.702,11)</b>	<b>(440.233,72)</b>	
			<b>Fluxos de caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
			Pagamentos de empréstimos	-	(73.103,21)	
			Mútuos tomados com partes relacionadas	(1.036.493,48)	(131.189,56)	
			<b>CX. LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(1.036.493,48)</b>	<b>(204.292,77)</b>	
			<b>AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIV. DE CX. NO EXERCÍCIO</b>	<b>889.523,26</b>	<b>1.222.447,76</b>	
			Cx. e Equiv. de Cx. no início do Exerc.	2.596.872,36	1.374.424,60	
			Cx. e Equiv. de Cx. ao Fim do Exerc.	3.486.395,62	2.596.872,36	
			<b>Variação das disponibilidades</b>	<b>889.523,26</b>	<b>1.222.447,76</b>	
			<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRÍMONIO LÍQUIDO EM (R\$)</b>	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017		
			<b>Reservas de Lucros</b>			
			<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva para aum. do capital</b>	<b>Res. de lucros à disposição</b>
			<b>Lucros (prej.) acumulados</b>	<b>Total</b>		
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>16.500.000,00</b>	<b>393.558,36</b>	<b>5.678.197,54</b>	<b>815.474,39</b>	-	<b>23.387.230,29</b>
Lucro do exercício					603.218,00	603.218,00
Transferência entre reservas			815.474,39	(815.474,39)		-
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal		30.160,90			(30.160,90)	-
Saldo a disposição da assembleia				573.057,10	(573.057,10)	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>16.500.000,00</b>	<b>423.719,26</b>	<b>6.493.671,93</b>	<b>573.057,10</b>	-	<b>23.990.448,29</b>
Lucro do exercício					1.356.357,82	1.356.357,82
Transferências entre reservas			573.057,10	(573.057,10)		-
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal		67.817,89			(67.817,89)	-
Saldo a disposição da assembleia				1.288.539,93	(1.288.539,93)	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>16.500.000,00</b>	<b>491.537,15</b>	<b>7.066.729,03</b>	<b>1.288.539,93</b>	-	<b>25.346.806,11</b>
			<b>Conselho de Administração:</b>			
			Clovis Tramontina - Presidente, Joselito Gusso - Vice - Presidente., Ildo Paludo, Inácio Chies, Eduardo Scomazzon.			
			<b>Diretoria Executiva:</b> Antonio Pagliari, César Umberto Vieceli <b>Contadora:</b> Suellem Regina da Silva Lima (CRC/PA nº 016110/O-2).			

Protocolo: 416963